



**nw**

**noroeste. revista de história**

**CONGRESSO INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
TERRITÓRIOS, CULTURAS E PODERES**

**Actas**

**VOLUME II**

NÚCLEO DE ESTUDOS HISTÓRICOS  
UNIVERSIDADE DO MINHO

2007, 3

# ENTRELAÇANDO A TEIA POLÍTICA PROFISSÕES E RENDIMENTOS DOS CHEFES DE FAMÍLIA NOS RECENSEAMENTOS ELEITORAIS (BRAGA, 1851)

MARGARIDA DURÃES\*

## Introdução

Na sociedade de Braga como em todas as sociedades do Antigo Regime, é a divisão em Estados ou Ordens que determina a organização social, perdurando a sua influência ao longo da construção do Estado Liberal<sup>1</sup>.

Até ao século XIX e à introdução das reformas liberais, a cidade de Braga e os seus arredores estava nas mãos de grandes senhorios. O Arcebispo e o Cabido da Catedral, a Congregação Beneditina, que possuía vários coutos, e as Ordens Militares, de entre as quais destacamos a Ordem de Cristo a quem pertenciam importantes domínios<sup>2</sup>, eram alguns dos mais importantes senhorios da região.

Assim, como em outras cidades da Cristandade, a vida social e económica de Braga estava estreitamente ligada aos direitos e privilégios dos dignitários eclesiásticos. Com efeito, os membros das ordens eclesiásticas eram os maiores proprietários e, como tal, foram eles que favoreceram o crescimento e enriquecimento dos contratadores de rendas; representantes de Deus e portadores da palavra divina, eles influenciavam a vida dos indivíduos desde o seu nascimento até à morte; detentores do monopólio do ensino, eles incutiam nas mentes dos jovens estudantes e veiculavam a sua ideologia, mentalidade e costumes; como consumidores, eles estimulavam e desenvolviam um conjunto de actividades produtivas destinadas a satisfazer as suas próprias necessidades bem como as despesas e o luxo dos indivíduos que gravitavam em torno do seu raio de influência<sup>3</sup>.

\* Professora Auxiliar c/ Agregação do Departamento de História, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho.

<sup>1</sup> LÉON, Pierre (dir.), *História Económica e Social do Mundo*, vol. IV, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1983; MOUSNIER, Roland, *As Hierarquias Sociais. De 1450 aos nossos dias*. Lisboa, 1974, p. 11.

<sup>2</sup> DURÃES, Margarida, *Herança e Sucessão. Leis, práticas e costumes no Termo de Braga (séc. XVIII-XIX)*. Tese de Doutoramento, Univ. do Minho, Braga, 2000, pp. 286-312.

<sup>3</sup> CAPELA, José Viriato, «O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira», in *Bracara Augusta*, vol. XLI, n.º 91/92, pp. 244-247; *Fidalgos, Nobres e Letrados no governo do Município bracarense. A administração económica e financeira da Câmara no apogeu e crise do Antigo Regime*. Braga, 1999, pp. 60-72; BANDEIRA, Miguel Sopas, *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII*. Porto, 2000, pp. 98-104.

Todavia, o clero não era o único grupo social a beneficiar do seu estatuto e dos rendimentos correspondentes já que a renda eclesiástica beneficiava também a nobreza. Na cidade de Braga, mais do que em qualquer outra cidade, estas duas ordens colaboravam estreitamente. No lado oposto da estrutura social, a camada inferior estava fortemente dependente da influência dos grupos privilegiados<sup>4</sup>.

Além dos consideráveis rendimentos fundiários que possuíam, os grupos sociais superiores ocupavam igualmente os principais lugares da administração e da justiça da cidade. Deste modo, eles construíram verdadeiras dinastias familiares, impedindo os membros do grupo inferior de chegar aos lugares de direcção política ou administrativa. O acesso deste grupo ao poder teria sido considerado um atentado à supremacia social, económica e política dos eclesiásticos mas, também, das famílias da nobreza tradicional. Por isso, até aos alvares do liberalismo, a burguesia de Braga esteve prisioneira nas malhas de uma rede tecida pelos grupos dominantes que a impediam de se afirmar politicamente mas também de se desenvolver económica e socialmente.

Assim, o presente texto não pretende mais do que dar a conhecer alguns dos resultados preliminares de um projecto de mais largo alcance, que visa avaliar a influência da construção política do estado liberal na mudança e mobilidade da sociedade bracarense, na segunda metade do século XIX, bem como o estudo dos mecanismos adoptados pela burguesia, a fim de se afirmar num contexto sócio político que lhe era desfavorável devido às resistências e manutenção da influência dos antigos grupos privilegiados.

Nesta primeira fase, através do recenseamento eleitoral, realizado em 1851, daremos início à análise das estruturas socioprofissionais da cidade de Braga e avaliaremos o montante da população que tinha capacidade para participar na vida política da nação a fim de determinar de que modo o sistema eleitoral, implantado pelo regime liberal, terá contribuído, ou não, para a mudança que se pretendia realizar a nível das estruturas sociais e políticas da região.

## 1. As fontes

A nossa tarefa inicial será conhecer o cômputo geral da população da cidade de Braga, em meados do século, e qual a proporção de indivíduos que tinham capacidade para exercer o direito de voto e para serem eleitos. Para tal, utilizamos um conjunto de fontes, entre as quais privilegiamos, neste trabalho, os recenseamentos da população e as listas eleitorais<sup>5</sup>.

O recenseamento de 1849 apresenta-nos a população de cada paróquia repartida por sexo, estado civil e idade, permitindo-nos conhecer o quadro geral dos caracteres

<sup>4</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, «A sociedade Portuguesa», in *D.H.P.*, dir. Joel Serrão, vol. VI, Porto, p. 37.

<sup>5</sup> FERREIRA, M. E. C. (1971), «Recenseamentos», in Joel SERRÃO (dir.) *D.H.P.*, Lisboa, Iniciativas editoriais, vol. III, pp. 542-544.

sociológicos da população da cidade. Como esta fonte fornece igualmente os números dos ausentes e das gentes que residem temporariamente na cidade, poderemos ainda esboçar uma imagem das migrações e tentar descortinar o que atrai os portugueses de outras localidades e os estrangeiros à cidade de Braga. Esta informação, cruzada com os registos de entrada e os pedidos de autorização de residência, poderá fornecer-nos a importância da imagem da cidade no exterior e as razões pelas quais gentes de outras nacionalidades vêm para aqui habitar<sup>6</sup>. O recenseamento da população ainda nos fornece uma última informação que se relaciona com a alfabetização, ou melhor, com o estado de analfabetismo da população portuguesa, na segunda metade do século XIX.

Estes dados podem ser comparados e completados com as informações fornecidas pelas listas eleitorais. Em 1851, as listas preparadas, segundo a legislação em vigor, para recensear os eleitores de Braga, eram constituídas por tabelas com várias colunas onde se registava para cada eleitor o respectivo nome, a idade, o estado, a profissão ou emprego e numa última rubrica «as circunstâncias que os habilitam para votarem». Esta última coluna encontra-se subdividida em três onde, na primeira, eram lançadas as «quotas em que se acham colectados», na segunda os «ordenados ou vencimentos que percebem» e na terceira as «habilitações científicas»<sup>7</sup>. Através da lista eleitoral de 1851 nós poderemos aceder às actividades profissionais, às origens e ao valor dos rendimentos assim como aos graus académicos e diplomas da população que podia exercer o seu direito de voto e tinha capacidade para ser elegível. Graças a estas informações poderemos evidenciar não só a estrutura socioprofissional mas, também, os comportamentos políticos da população de Braga, face às reformas do estado liberal.

No âmbito deste texto não cabe uma crítica exaustiva desta fonte<sup>8</sup>, no entanto, não podemos deixar de chamar a atenção para alguns aspectos que caracterizaram o funcionamento das monarquias constitucionais e do sistema eleitoral implantado e que influenciaram a elaboração deste tipo de documentação. Apesar de defensores da liberdade e da igualdade, os regimes liberais desenvolveram a sua filosofia política e social segundo critérios muito objectivos como, por exemplo, a posse de propriedade fundiária, os rendimentos e a instrução de cada cidadão. Fortuna e instrução eram os dois pilares básicos onde assentava a edificação de todo o sistema político e consequentemente o funcionamento do aparelho do Estado. Assim, os sistemas eleitorais assentavam no sufrágio voluntário e restrito. O sufrágio era considerado voluntário porque eram os cidadãos, interessados em participar nas eleições, que se deviam apresentar, munidos dos seus documentos, a fim de provar as condições exigidas ao acto

<sup>6</sup> DURÃES, Margarida, «Portugal, país de acolhimento: as comunidades estrangeiras no Noroeste (séculos XIX-XX)», texto apresentado no âmbito do *Ciclo de Conferências «Migrações e Migrantes»* do Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta, Lisboa, 2007. No prelo.

<sup>7</sup> Sobre a evolução da legislação eleitoral e as regras a que deveriam obedecer as comissões designadas para elaborar os recenseamentos eleitorais, cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), (1998), *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*. Lisboa, Imp. Nacional, Casa da Moeda.

<sup>8</sup> Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa, Ed. Difel, pp. 33-45.

eleitoral; restrito porque o regime eleitoral liberal permanecerá censitário ao longo da monarquia constitucional. Ainda que a amplitude desta restrição tenha variado em função das diferentes reformas eleitorais, empreendidas ao longo da segunda metade do século XIX, a fim de alargar o universo eleitoral, o sufrágio universal estava longe de ser alcançado<sup>9</sup>.

Através do sistema censitário, a participação no acto eleitoral restringia-se aos cidadãos que tinham declarado um rendimento líquido anual de 100 mil réis no mínimo. Porém, para se ser eleito era exigido um rendimento declarado ao fisco que não fosse inferior a 400 mil réis.

Além desta restrição, o sistema eleitoral português introduziu algumas outras condições no sufrágio como, por exemplo, a idade e o estado civil dos cidadãos. Com efeito, em 1851, foram recenseados, a fim de participarem nas eleições, os homens com a idade de 25 anos ou superior que tivessem declarado, pelo menos, o rendimento mínimo. Mas os homens casados, os oficiais do exército, as gentes que tivessem adquirido um grau universitário e os eclesiásticos podiam participar a partir da idade de 21 anos. Por não serem considerados pessoas totalmente livres, a exclusão do acto eleitoral era imposta, independentemente da idade e do rendimento, a todos os que habitavam na casa paterna e sob a sua autoridade bem como aos criados<sup>10</sup>.

É somente a partir de 1867, com a publicação do Código Civil que consagrará a maioria aos 21 anos, que esta idade foi adoptada definitivamente como limite inferior para a inclusão no recenseamento eleitoral de todos os indivíduos de sexo masculino, permanecendo válidas, todavia, as restrições relativas aos rendimentos.

«As restrições das leis eleitorais, sobretudo as censitárias, conduziram à existência de um número muito restrito de eleitores, comparativamente com os critérios actuais, mas normal nas monarquias constitucionais da época. Geralmente, só os médios e grandes proprietários, os eclesiásticos, os funcionários públicos, os profissionais liberais e poucos mais tinham o direito de votar»<sup>11</sup>.

O quadro n.º 1, estabelecendo a relação da população urbana de Braga, registada no recenseamento de 1849, com os indivíduos que se inscreveram no recenseamento eleitoral de 1851, transmite-nos a imagem da reduzida proporcionalidade entre cidadãos e eleitores.

<sup>9</sup> VARGUES, Isabel Nobre e RIBEIRO, M. Manuela Tavares (1993), «Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, pp. 191-198.

<sup>10</sup> SERRÃO, Joel et MARQUES, A. H. de Oliveira (dir), *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração*. Lisboa, Ed. Presença, vol. X, pp. 204-214.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, p. 213.

**Quadro n.º 1: Proporção de eleitores em relação à população masculina (Braga 1851)**

	Recenseamento da população 1849		Recenseamento Eleitoral 1851	Homens/Eleitores
	Homens	Mulheres		
<b>Sta. Maria Sé</b>	852	1443	183	21,5%
<b>S. João Souto</b>	1542	1833	371	24,1%
<b>S. Lázaro</b>	1412	2054	193	13,7%
<b>S. Vitor</b>	2010	2612	273	13,6%
<b>Maximinos</b>	787	1423	60	7,6%
<b>S. T. Cidade</b>	362	552	50	13,8%
<b>TOTAL</b>	6965	8217	1130	16,2%

No entanto, e apesar desta reduzida participação no acto eleitoral, a proporção de 16,2% de eleitores encontrados para Braga não está longe das taxas encontradas a nível nacional em 1859 e nos anos seguintes (em 1859 a média nacional era de 15,4% e em 1869, quando a maioridade já estava fixada nos 21 anos, a média nacional não ultrapassou os 18,7%)<sup>12</sup>. Apesar do contexto legislativo desfavorável, esta proporcionalidade poderia ganhar uma outra amplitude, se nós tivéssemos considerado, no cômputo populacional, apenas os homens com 21 anos ou idade superior.

Para lá da avaliação da representatividade política da população urbana de Braga, a análise dos números apresentados através deste quadro sugeriu-nos mais alguns comentários. Com efeito, estes quantitativos são reveladores de algumas características da sociedade de Braga e da sua organização e distribuição no espaço urbano.

Para começar, não podemos deixar de notar a evidente supremacia feminina desta sociedade urbana, ainda que Braga tenha sido, até aos alvares da contemporaneidade, a cidade do Arcebispo e dos eclesiásticos. À exclusão da paróquia de S. João do Souto, onde a taxa de masculinidade é de 84%, todas as outras paróquias revelam índices ainda mais baixos. A distorção entre homens e mulheres atinge o ponto mais alto nas paróquias da Sé e de Maximinos onde os homens não ultrapassam os 59% e 55% respectivamente da população total. E se relacionarmos a taxa de masculinidade com o número de eleitores e os rendimentos por eles declarados podemos avançar que Maximinos, para lá do importante número de mulheres que ali habita, é a paróquia com o menor índice eleitoral e os mais baixos rendimentos da população masculina da cidade de Braga.

Pelo contrário, as paróquias da Sé e de S. João do Souto registam uma taxa de eleitores muito superior à média nacional encontrada para os anos posteriores a 1851. Na paróquia da Sé, apesar da fraca representatividade demográfica dos homens, a maior parte deles declara rendimentos que permitem a sua inscrição no recenseamento

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, pp. 213, 214.

eleitoral, manifestando, desse modo, uma importante participação política. Por seu lado, S. João do Souto é a paróquia que mostra a mais pequena distorção entre os homens e as mulheres que ali residem, assim como é a paróquia com o maior número de eleitores e uma taxa de rendimentos elevada.

Relacionando esta informação com as restrições eleitorais que concernem a idade e o estado dos eleitores (informação apresentada através do quadro n.º 2), pode compreender-se melhor a importância dos critérios restritivos e dos mecanismos da organização da sociedade liberal.

Os eleitores são na sua maioria jovens e casados. O alicerce político desta sociedade é composto de homens jovens ou de média idade com responsabilidades familiares, chefes de família que gerem um património e praticam uma actividade ou uma profissão da qual tiram o grosso dos seus rendimentos.

Neste contexto, o lugar excepcional, atribuído aos homens casados, permite à família exercer, para lá das suas funções tradicionais, um importante papel na organização e reprodução das instituições políticas liberais.

**Quadro n.º 2: Repartição dos eleitores segundo a idade e o estado civil (Braga, 1851)**

	Solteiros				Casados				Viúvos			
	21-39	40-59	60-79	>=80	21-39	40-59	60-79	>=80	21-39	40-59	60-79	>=80
Sta. M. Sé	11	39	7	0	19	61	23	1	1	11	7	0
S. J. Souto	48	43	13	1	90	101	27	0	1	16	26	3
S. Lázaro	15	20	12	0	29	68	34	2	0	4	8	0
S. Vitor	6	10	2	1	30	57	29	1	0	6	10	2
S. Vicente	7	12	11	1	15	43	15	0	1	2	10	2
Cividade	3	10	7	0	4	16	6	0	0	1	2	0
Maximinos	2	4	2	0	12	26	10	0	0	0	3	0
<b>Totais/Idade</b>	<b>94</b>	<b>138</b>	<b>54</b>	<b>3</b>	<b>199</b>	<b>372</b>	<b>144</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>40</b>	<b>66</b>	<b>7</b>
<b>Totais/Estado</b>	<b>289</b>				<b>719</b>				<b>116</b>			

É esta capacidade de votar e ser eleito, assim como as diferentes exclusões ao direito de voto, que acabarão por dominar os principais debates políticos e culturais ao longo da monarquia constitucional<sup>13</sup>. Simultaneamente, esta qualificação que permite o acesso ao acto eleitoral transformar-se-á num critério ao serviço das desigualdades sociais e na origem de novas formas de poder e de dependência política, social e económica no seio da sociedade portuguesa da época.

Eis, assim, explanadas as principais razões pelas quais se justifica que iniciemos este estudo por esboçar o quadro geral da situação face às capacidades eleitorais da população da cidade de Braga. Elas serão determinantes para a definição das redes

<sup>13</sup> VARGUES, Isabel Nobre e RIBEIRO, M. Manuela Tavares, *Ob. sup., cit.*, p. 193.



familiares, visando a conquista do poder e do prestígio social, ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Só alguns têm o direito de votar e poucos o de serem eleitos. Com efeito, é necessário fazer uma boa gestão dos destinos de cada um dos membros da família para que todos participem activamente no jogo político e possam daí obter os proveitos desejados.

Portanto, a questão que se coloca é de saber até que ponto os novos compromettimentos políticos introduziram algumas mudanças socioeconómicas na cidade de Braga.

## 2. As principais características socioeconómicas

Antes de encontrarmos a resposta para a questão formulada é preciso conhecer a situação vivida no decorrer do período que precede a introdução das reformas políticas e administrativas a fim de melhor avaliarmos as mudanças registadas.

No final do século XVIII, início do século XIX, a estrutura socioeconómica de Braga caracterizava-se por um peso considerável da população religiosa, como já antes deixamos entrever.

Segundo um analista da época<sup>14</sup>, havia na cidade 860 membros do clero, entre regulares e seculares. Estes 860 eclesiásticos representavam à volta de 6,9% da população civil com idade superior a 14 anos. Para esta percentagem contribuíam, sobretudo, os membros do clero regular que habitavam nos vários conventos masculinos e femininos que existiam na cidade assim como nos colégios e seminários. Um outro analista, José Inácio Peixoto, cidadão de Braga e colaborador dos Arcebispos, afirmava nas suas memórias, que mais de dois mil estudantes, de todo o Norte de Portugal, estavam inscritos nestes estabelecimentos<sup>15</sup>.

Estes eclesiásticos eram detentores da maioria dos postos de trabalho na cidade: ocupavam todos os lugares da administração eclesiástica, partilhavam os cargos da administração civil com os laicos e ocupavam quase todas as funções do ensino público e privado. Ainda que os eclesiásticos constituíssem um grupo minoritário, eles tinham um papel fundamental porque além dos cargos que detinham, a maioria dos funcionários laicos recebera a sua formação nas escolas e colégios por eles dirigidos<sup>16</sup>.

Os membros civis com os quais o clero devia partilhar os lugares da Administração Municipal provinham das famílias mais antigas da nobreza. Só uma pequena parte tinha origem nas famílias da nobreza mais recente. Segundo os mesmos testemunhos, na época, em Braga, havia à volta de 75 casas nobres de onde saíam os detentores dos cargos com mais prestígio na cidade.

<sup>14</sup> CRUZ, António (1970), *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do séc. XVIII*, por José Gomes de Villas-Boas. Porto.

<sup>15</sup> PEIXOTO, Inácio José (1992), *Memórias particulares de (...) Braga e Portugal na Europa do Século XVIII*. Braga, A.D.B.J.U.M.

<sup>16</sup> CAPELA, J. V., (1999), *Fidalgos, Nobres e Letrados...* Ob. sup. cit., p. 81.



Porém, a maioria da população pertencia ao terceiro estado. Esta camada era composta de funcionários, comerciantes, artesãos, rendeiros, lavradores e criados. Estes são alguns dos grupos socioprofissionais mais significativos que se podem encontrar em Braga, podendo o seu estudo ser levado a cabo através dos recenseamentos militares da segunda metade do século XVIII e dos primeiros trinta anos do século XIX. A análise da informação recolhida neste tipo de fonte mostra a importância do sector secundário com 64,7% contra 25,3% do terciário e serviços e 9,9% do sector primário<sup>17</sup>.

A fraca representação do primário não é de estranhar já que a maioria das actividades ligadas a este sector localizavam-se, sobretudo, nas zonas rurais. No entanto, algumas regiões urbanas, situadas na fronteira entre a zona urbana e a rural, apresentavam um número significativo de lavradores, jornaleiros e de hortelãos que praticavam a agricultura intensiva de primores vendendo esses produtos no mercado urbano.

Apesar de alguns ofícios estarem concentrados em determinadas ruas, o sector artesanal estendia-se por toda a cidade. Algumas das profissões mais numerosas eram, entre outras, os chapeleiros, os sapateiros, alfaiates, ourives, ferreiros, e carpinteiros. São actividades que se desenvolviam em pequenas lojas-oficinas. E mesmo quando estas oficinas empregavam alguma mão-de-obra assalariada, elas eram, essencialmente, de carácter familiar e muito precárias. Com uma debilidade financeira permanente, estas pequenas unidades artesanais estavam dependentes dos intermediários que lhes forneciam as matérias-primas e lhes colocavam a produção final no mercado. Devido à sua fragilidade, a maior parte destas pequenas unidades produtivas desapareceram em consequência da crise do início do século XIX, provocada pelas invasões francesas e pelo Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra<sup>18</sup>. Neste difícil período, viveu-se uma tentativa de desenvolvimento industrial nas unidades de maior envergadura, levada a cabo pelos comerciantes que, adquirindo algumas das pequenas unidades que tinham encerrado, tentavam a sua recuperação através do investimento na modernização do sistema produtivo. Porém, aparentemente, estas experiências não foram bem sucedidas porque os investimentos nas instalações e nas estruturas tecnológicas não foram suficientes. Na realidade, aqueles que investiram neste processo limitaram-se a assalariar o antigo dono da oficina, a mudar as relações de produção e a assegurar o reembolso dos créditos provenientes do fornecimento das matérias-primas<sup>19</sup>. Em consequência desta estrutura produtiva de pequena dimensão e fragilidade financeira, «ainda que haja um forte peso numérico do elemento artesanal, a sua expressão política e social será cada vez mais reduzida devido às questões económicas mas também à desvalorização social e política que lhe foi imposta pela sociedade do final do século XVIII»<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> CAPELA, *Id.*, *ibid.*, pp.73-79.

<sup>18</sup> Sobre os efeitos na economia portuguesa do Tratado de Comércio de 1810 e concretamente em relação às tentativas de industrialização que se estavam a realizar em várias localidades do Norte de Portugal. Cf. CORDEIRO, José M. M. Lopes (2006), *A Indústria Portuguesa no século XIX*. Tese de Doutoramento apresentada à UM, vol. I, pp. 17-32.

<sup>19</sup> CAPELA, *Id. ibid.*, pp. 65-66.

<sup>20</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 82.

Apesar da fraqueza do seu sector artesanal, Braga é um importante centro comercial. Esta situação privilegiada é uma consequência do seu estatuto. «Braga é não só a cabeça da administração de uma grande diocese, mas também o centro da administração civil e militar. É em Braga que se encontram concentradas as mais ricas e poderosas elites da região minhota e são elas que consomem e ao mesmo tempo desenvolvem e beneficiam o comércio»<sup>21</sup>. A Braga, chegam os produtos de luxo e de qualidade provenientes de vários países, tais como Inglaterra ou França. Braga recebe não só os tecidos de lã dos principais centros de produção nacional mas também as sedas e uma grande variedade de tecidos de todas as qualidades e cores. Além dos panos de toda a qualidade, a cidade adquire uma enorme quantidade de produtos de retosaria necessários para os acabamentos dos fatos laicos e eclesiásticos utilizados nas cerimónias religiosas<sup>22</sup>.

Este sector beneficia igualmente das redes de comércio das matérias-primas que alimentam as indústrias sediadas na cidade. A lã, a seda e o linho são matérias utilizadas na confecção dos chapéus. Os couros são usados na produção de sapatos e os metais em geral e o ferro em particular é transformado numa variada gama de objectos do artesanato do sector. Entre os produtos comercializados em Braga também se encontram os cereais, provenientes do pagamento das rendas, os vinhos verdes, as carnes características da região, a sardinha portuguesa ou da Galiza e o sal. Estes são os produtos que fazem do mercado de Braga uma referência para toda a região norte de Portugal, sendo muitos os comerciantes de outras praças e os clientes de outros concelhos que aqui se vêm abastecer<sup>23</sup>.

No entanto, apesar do aparente crescimento desta actividade que se faz sentir no início do século XIX, na opinião de José Capela, os comerciantes de Braga não souberam aproveitar suficientemente o bom período de negócios devido à dependência que existia entre eles e os comerciantes da cidade do Porto seus principais abastecedores. A maioria dos comerciantes de Braga, dispendo de capitais limitados, não conseguia negociar directamente nem com os fornecedores estrangeiros ou coloniais nem com os fornecedores nacionais, encontrando-se, por essa razão, muito dependentes dos financiamentos dos agentes comerciais da cidade do Porto.

A constatação das dificuldades, que se registavam de forma crónica, quer no sector comercial quer no industrial ou no sector agrícola, devido à falta de financiamento suficiente para os sustentar e desenvolver, torna necessário o conhecimento do sector onde se encontra acumulado o dinheiro, saber quem são os agentes financeiros e descobrir qual o destino dado aos investimentos.

Em Braga, a maioria dos investimentos pertence aos contratadores de rendas, que têm contratos sobre as rendas eclesiásticas, públicas e privadas. O mercado rentista da cidade é, assim, um mercado que exige uma enorme quantidade de capitais, estando, segundo Viriato Capela, «os contratos das rendas públicas ou privadas na origem de

<sup>21</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 60-70.

<sup>22</sup> DURÃES, Margarida (2000), *Herança e Sucessão...*, Ob. *sup. cit.*, pp. 218-231.

<sup>23</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 223-224; OLIVEIRA, Aurélio, «Indústrias em Braga. A Companhia das Lãs, 1773», in *Bracara Augusta*, vol. XLI, n.º 91/92, pp. 141-142.

um processo de ascensão social dos contratadores de rendas devido aos contactos que eles tinham com as camadas superiores da sociedade e com as estruturas de poder»<sup>24</sup>.

Desta forma, os capitais que deviam ser investidos nas actividades produtivas são desviados para os grupos privilegiados constituídos maioritariamente, por senhores laicos e eclesiásticos que viviam das suas rendas. Porém, a actividade dos contratadores de rendas desaparecerá, na primeira metade do século XIX, fruto das reformas liberais que serão introduzidas, mas, sobretudo, em consequência da extinção dos senhorios eclesiásticos regulares, concretizada através da confiscação dos seus bens.

Certamente que os grupos detentores do poder económico e político, acabaram por ser atingidos de forma directa ou indirecta pelas reformas liberais. Por isso, interessa-nos saber como se irá proceder à mudança e quais os mecanismos que cada grupo utilizará a fim de beneficiar com a reestruturação política que estava em curso.

### 3. A caminho do êxito: continuidades e rupturas

A partir de meados do século XIX, ainda se pode detectar, na cidade de Braga, um conjunto de características que vêm do passado, mas também já é possível visionar os sinais reveladores da mudança política e social empreendida pelo estado liberal.

Através do quadro n.º 3, é possível analisar a distribuição socioprofissional e avaliar a importância de cada grupo social no panorama eleitoral da cidade.

Na paróquia de S. João do Souto, os grupos possidentes perpetuam-se. É aqui que habita o Arcebispo e um muito significativo número de dignidades eclesiásticas e de proprietários. No entanto, agora, eles devem partilhar o mesmo espaço com os detentores dos principais cargos administrativos que estão na origem da implantação do estado liberal como, por exemplo, o Governador Civil ou o Administrador do Concelho, além de vários quadros superiores e funcionários da nova administração pública.

E como antes, para satisfazer as suas necessidades de consumo, a seu lado habitam os comerciantes e as gentes do artesanato. Braga permanece, em meados do século XIX, como um dos mais importantes centros comerciais do Norte de Portugal. Por isso, nesta praça, instalou-se um número significativo de comerciantes de todos os ramos além de um grande número de caixeiros, vendedores, lojistas, feirantes e vendedores ambulantes.

Como no passado, continua a existir uma supremacia das actividades artesanais. As pequenas lojas-oficinas estão disseminadas por toda a cidade. Ainda que não se possa falar de uma verdadeira especialização e concentração de oficinas em certas ruas, não devemos deixar de indicar a existência de um número importante de sapateiros na Sé, ou os ourives em S. João do Souto e, sobretudo, os 38 chapeleiros em S. Vitor. O secundário é, sem dúvida um sector em desenvolvimento face ao número de artesãos que se inscreveram no recenseamento eleitoral declarando rendimentos, cujas somas líquidas anuais são muito superiores aos 100\$000 rs exigidos.

<sup>24</sup> CAPELA, *Ob. sup., cit.*, p. 73.

**Quadro n.º 3: Repartição dos eleitores das paróquias urbanas por categoria socioprofissional (Braga, 1851)**

	Sta. Maria Sé	S. João Souto	S. Lázaro	S. Vitor	S. Vicente	Cividade	Maximinos	Total	%
<b>Proprietários</b>	24	48	41	14	25	12	9	173	15,3%
Profissões liberais	10	10	3	-	3	2	-	28	2,5%
Quadros Administr.	3	16	6	1	5	-	-	31	2,7%
Funcionários Administr.	16	23	15	5	5	2	-	66	5,8%
Militares	4	46	6	-	5	2	-	63	5,6%
Prof. do Liceu	2	1	2	-	2	1	-	8	0,7%
Prof. Primários	2	-	-	-	-	-	-	2	0,2%
<b>Eclesiásticos</b>	20	40	22	16	12	15	4	129	11,4%
<b>Comerciantes</b>	35	83	22	21	4	1	9	175	15,5%
Vendedores	18	15	10	19	7	4	13	86	7,6%
<b>Artesãos</b>	35	79	52	54	26	5	8	259	22,9%
Operários	6	3	2	7	5	1	1	25	2,2%
Lavradores	4	3	10	17	18	4	16	72	6,3%
S/ Profissão	4	4	2	-	2	1	-	13	1,3%
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>371</b>	<b>193</b>	<b>154</b>	<b>119</b>	<b>50</b>	<b>60</b>	<b>1130</b>	<b>100%</b>

Para lá deste aspecto, é preciso ainda acrescentar a existência de alguns fabricantes (2, em S. João do Souto, 1 em S. Lázaro e um outro, em S. Vicente), facto revelador das tentativas de proto-industrialização empreendidas na cidade neste período.

Parece que o período de crise, de miserabilismo e desprestígio que caracterizava o sector artesanal, no final do século anterior, tinha passado. Agora, o peso numérico dos profissionais do sector tem uma correspondência na sua participação política com uma representação maioritária nos actos eleitorais. No seu conjunto, os artesãos, comerciantes e vendedores participam com 45% do espectro eleitoral. Eles são o grupo mais numeroso do ponto de vista político, ainda que não sejam o mais influente, já que dificilmente se encontra a sua presença no exercício das funções políticas ou administrativas. Estas continuarão nas mãos dos grandes proprietários ou dos profissionais liberais e ainda nas mãos dos eclesiásticos.

No novo quadro político liberal, os eclesiásticos são, do ponto de vista numérico, a quarta força política. Mas, como no passado, eles perpetuam-se através do exercício de uma forte influência em todos os sectores da vida social. Apesar do seu enfraquecimento económico, a maioria do clero secular é proprietária de um património fundiário que lhe foi concedido pela própria família a fim de poderem ter «uma digna sustentação»; num Estado que se quer laico eles continuam a partilhar, ainda que em menor proporção, os cargos administrativos locais e têm assento nas novas instituições do Estado liberal; apesar do desenvolvimento da rede escolar estatal, o ensino está nas suas mãos não somente por causa dos seminários e colégios que lhes pertencem, mas também porque são eles que fornecem os professores à rede pública com a introdução

dos «egressos»<sup>25</sup> nas escolas primárias. Desta forma, o clero mantém a sua influência cultural e o seu prestígio social.

No entanto, os verdadeiros construtores desta sociedade liberal foram os proprietários, ainda que a maior parte deles seja originária das mais antigas famílias da nobreza possuindo as propriedades fundiárias através das heranças familiares. Perante os ventos de mudança, eles souberam resistir e adaptar-se à nova conjuntura.

Mas, com a confiscação dos bens que pertenciam às ordens religiosas e que foram postos à venda pelo Estado, o mercado fundiário desenvolveu-se e agitou-se permitindo à burguesia detentora de capitais a compra dos antigos «bens de mão morta». Desta maneira, o grupo dos proprietários vai alargar-se, desenvolver-se e reproduzir-se.

Detendo propriedades fundiárias urbanas e rurais, através das quais auferem grandes rendas, os proprietários vão diversificar as suas formas de poder e de influência investindo na educação e preparação intelectual dos seus descendentes. Enviando os filhos para os liceus e depois para a universidade, a fim de obterem um diploma que lhes permita o exercício das profissões liberais ou uma colocação em algum dos novos cargos administrativos, os proprietários aumentam o seu poder económico mas, sobretudo, a sua influência no aparelho político e administrativo do Estado Liberal.

A análise dos rendimentos declarados à colecta (quadro n.º 4) permite o reforço da geografia política que acabamos de descrever.

**Quadro n.º 4: Repartição dos eleitores das paróquias urbanas pelos rendimentos declarados ao recenseamento eleitoral (Braga, 1851)**

	Sta. Maria Sé	S. João Souto	S. Lázaro	S. Vitor	S. Vicente	Cividade	Maximinos	Total	%
100 – 999	25	25	24	44	27	9	18	172	14,7
1 000 – 1 999	43	47	39	44	19	13	13	218	18,7
2 000 – 4 999	51	120	62	44	31	9	19	336	28,8
5 000 – 9 999	26	74	30	11	16	9	4	170	14,6
10 000 – 19 999	26	74	30	11	16	9	4	170	14,6
20 000 – 49 999	15	34	22	3	10	3	5	92	7,9
50 000 - 99 000	-	1	-	-	-	-	-	1	0,4
=>100 000	4	1	-	-	-	-	1	6	0,3
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>376</b>	<b>207</b>	<b>157</b>	<b>119</b>	<b>52</b>	<b>64</b>	<b>1165</b>	<b>100</b>

A maioria dos contribuintes e eleitores reside nas freguesias de S. João do Souto, S. Lázaro e Sé, sendo esta última, aquela que apresenta a média mais alta de rendimentos declarados e a que mais concorre para o erário público. Para tal, contribuíram, certamente, os quatro fortes contribuintes que lá moravam. Em segundo lugar surge,

<sup>25</sup> RODRIGUES, Henrique (2005), «Extinção das Ordens Religiosas e Dinâmicas Sócio Culturais: frades residentes no Alto-Minho no século XIX», separata da revista *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, n.º 16, p. 28.

naturalmente, S. João do Souto onde residia o maior número de eleitores da cidade de Braga. Acresce que eles se situavam, maioritariamente, nos escalões intermédios declarando rendimentos entre os 2000\$000rs e os 20 000\$000rs. Para este montante, quer quantitativo quer qualitativo, continuavam a contribuir os proprietários, os eclesiásticos e os comerciantes além de um significativo número de artesãos cujos rendimentos declarados à colecta possibilitavam a sua participação nos actos eleitorais e, conseqüentemente, o seu reconhecimento político e a sua integração social. Alfaiates, sapateiros, padeiros, ourives, chapeleiros, cerieiros ferreiros e caldeireiros são algumas das profissões de cariz artesanal, referenciadas ao lado dos mais variados tipos de comerciantes, negociantes, vendeiros, botequineiros ou caixeiros e de várias profissões ligadas à construção civil como os pedreiros e pintores. Todos se apresentavam habilitados para exercer o seu direito de voto.

Mas, na imensa listagem de categorias profissionais destacavam-se, sem dúvida, os funcionários das várias repartições administrativas, os militares, os advogados, os professores e os eclesiásticos. Nestes casos, a principal base da declaração de rendimentos é o próprio salário que auferem e cujos montantes variam entre os 144 mil réis de um egresso, os 150 mil réis do cirurgião da Câmara, ou os 260 mil réis dos cónegos, aos 456 mil réis de um major ou tenente reformado ou os 900 mil réis de um marechal, aos 1 000 000\$000 rs auferidos pelo Governador Civil. Sem dúvida que este último, é o funcionário mais bem pago das listas eleitorais. Não é, porém, o principal contribuinte porque há um número razoável de eleitores que, aos salários auferidos no desempenho das suas funções, adicionavam os rendimentos provenientes das propriedades que possuíam ou procedentes dos negócios que exploravam.

### Conclusão

Segundo Tavares de Almeida, as eleições foram em Portugal, no século XIX um «factor de integração social e de vitalização do espaço público»<sup>26</sup>. Conseqüentemente, e apesar de todos os vícios políticos de que eles podem ser o reflexo, os recenseamentos eleitorais são os documentos que nos permitem aceder não só à evolução política mas também à mudança social. Ainda que as restrições ao sufrágio universal permaneçam durante muito tempo no sistema político português, impedindo-nos de ter uma visão mais completa da sociedade da época, é preciso que a nossa análise se estenda até ao final do século XIX. Através do levantamento dos recenseamentos populacionais de 1878 e 1890 e das listas eleitorais de 1878 e 1889 poderemos ver se os indícios de mudança, detectados em meados do século XIX, foram concretizados na conquista do poder e na afirmação social da burguesia que começava, neste período, a querer emergir e a soltar-se das amarras impostas pelos grupos privilegiados ao longo de vários séculos.

<sup>26</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991), *Eleições e Caciquismo...* Ob., sup., cit., p. 11.

Posteriormente, a nossa análise deverá passar do domínio geral ao particular. Isto é, a pesquisa deverá ocupar-se das estratégias familiares e dos comportamentos individuais a fim de aceder aos mecanismos adoptados por aqueles que conseguiram conquistar o poder político graças ao seu poder económico e prestígio social.

Este trabalho tem como objectivo principal analisar a evolução da família portuguesa no período compreendido entre o século XVIII e o século XIX, com especial atenção para o período de transição entre os dois séculos. Para isso, serão analisados os aspectos económicos, sociais e políticos da família portuguesa, bem como os seus comportamentos e estratégias. A análise será feita a partir de fontes primárias, nomeadamente, documentos pessoais e familiares, como cartas, testamentos, inventários, etc., bem como de fontes secundárias, como livros e artigos de autores contemporâneos e de investigadores modernos. A análise será feita a partir de uma perspectiva multidisciplinar, envolvendo a história económica, social e política, bem como a sociologia e a antropologia. O trabalho será dividido em três partes principais: a primeira tratará da família portuguesa no século XVIII, a segunda da família portuguesa no século XIX, e a terceira da família portuguesa no período de transição entre os dois séculos. Cada uma das partes será dividida em subcapítulos que abordarão os aspectos económicos, sociais e políticos da família portuguesa, bem como os seus comportamentos e estratégias. O trabalho terminará com uma conclusão que sintetize os principais resultados da análise.

### Conclusão

Este trabalho tem como objectivo principal analisar a evolução da família portuguesa no período compreendido entre o século XVIII e o século XIX, com especial atenção para o período de transição entre os dois séculos. Para isso, serão analisados os aspectos económicos, sociais e políticos da família portuguesa, bem como os seus comportamentos e estratégias. A análise será feita a partir de fontes primárias, nomeadamente, documentos pessoais e familiares, como cartas, testamentos, inventários, etc., bem como de fontes secundárias, como livros e artigos de autores contemporâneos e de investigadores modernos. A análise será feita a partir de uma perspectiva multidisciplinar, envolvendo a história económica, social e política, bem como a sociologia e a antropologia. O trabalho será dividido em três partes principais: a primeira tratará da família portuguesa no século XVIII, a segunda da família portuguesa no século XIX, e a terceira da família portuguesa no período de transição entre os dois séculos. Cada uma das partes será dividida em subcapítulos que abordarão os aspectos económicos, sociais e políticos da família portuguesa, bem como os seus comportamentos e estratégias. O trabalho terminará com uma conclusão que sintetize os principais resultados da análise.

Este trabalho tem como objectivo principal analisar a evolução da família portuguesa no período compreendido entre o século XVIII e o século XIX, com especial atenção para o período de transição entre os dois séculos. Para isso, serão analisados os aspectos económicos, sociais e políticos da família portuguesa, bem como os seus comportamentos e estratégias. A análise será feita a partir de fontes primárias, nomeadamente, documentos pessoais e familiares, como cartas, testamentos, inventários, etc., bem como de fontes secundárias, como livros e artigos de autores contemporâneos e de investigadores modernos. A análise será feita a partir de uma perspectiva multidisciplinar, envolvendo a história económica, social e política, bem como a sociologia e a antropologia. O trabalho será dividido em três partes principais: a primeira tratará da família portuguesa no século XVIII, a segunda da família portuguesa no século XIX, e a terceira da família portuguesa no período de transição entre os dois séculos. Cada uma das partes será dividida em subcapítulos que abordarão os aspectos económicos, sociais e políticos da família portuguesa, bem como os seus comportamentos e estratégias. O trabalho terminará com uma conclusão que sintetize os principais resultados da análise.